



# RELENDO POULANTZAS À LUZ DE UMA CRÍTICA AO VALOR: MATERIALIDADE, CONDENSAÇÃO E A DUPLA NATUREZA DO ESTADO

## Resumo

O texto propõe um mergulho no último livro de Nicos Poulantzas com o objetivo de estabelecer uma relação entre a análise do Estado capitalista presente em Estado, poder e socialismo e uma crítica às formas capitalistas orientada pela crítica do valor. São privilegiados dois aspectos centrais do arcabouço conceitual poulantziano. Partindo da célebre categorização do Estado como “condensação material de uma relação de forças”, caberá apresentar e discutir o significado dos conceitos de condensação e materialidade. Tais categorias fornecem subsídios para compreender a forma estatal como uma relação social moldada, por um lado, pelos atributos da dominação de classe e, por outro, pela impessoalidade da forma valor.

**Palavras-chave:** Poulantzas; Estado; capitalismo; valor.

**Classificação JEL:** P16

## Abstract

The text explores Nicos Poulantzas' last book aiming to establish a relation between the analysis of the capitalist state in State, power, socialism and a critique of the capitalist forms oriented by the critique of value. Two concepts present in the book will be examined. Departing from the famous definition of the state as “a material condensation of a relation of forces”, it will be presented the meaning of the notions of condensation and materiality. Those categories support the idea that

**RÔMULO LIMA**

Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense.

the state form should be regarded as a social relation fashioned at the same time by the features of the class domination and by the impersonal character of the value form.

**Keywords:** Poulantzas; state; capitalism; value.

## 1. Introdução

Já foi dito que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que imaginar o fim do capitalismo. Ainda que o comentário permaneça em grande medida válido, não é exagero dizer que os últimos anos testemunharam uma renovação das críticas dirigidas ao modo de reprodução vigente e, por conseguinte, das análises guiadas pela busca de alternativas à regulação capitalista do mundo. Considerando o grande número de autores e movimentos que, mesmo política ou teoricamente marginalizados, nunca deixaram de oferecer uma clara crítica à sociabilidade baseada no capital, seria certamente incorreto falar de um simples renascimento da crítica ao capital. Em todo caso, deve-se reconhecer que, ao contrário do que se sentia há algum tempo no campo das ciências sociais, criticar o capitalismo voltou a estar na moda e deixou de ser exclusividade de convictos marxistas<sup>1</sup>.

O interesse renovado no tratamento crítico do *modus operandi* capitalista ocorreu paralelamente a mudanças no próprio capitalismo. Não por acaso, críticas contemporâneas costumam acentuar os problemas ligados às novas formas

de acumulação, justificação e regulação institucional capitalistas<sup>2</sup>. Em tais análises, a origem dessa nova realidade capitalista, chamada geralmente de *neoliberalismo*, é situada de forma praticamente consensual na crise do paradigma keynesiano do início dos anos 1970 – crise que interrompeu quase trinta anos de crescimento econômico, observado sobretudo nos países capitalistas centrais. Não por acaso, algumas das críticas atuais ao funcionamento do capitalismo alimentam implícita ou explicitamente o sonho do retorno a uma era de ouro da regulação capitalista, com o Estado recuperando territórios até aqui perdidos ao mercado e sendo capaz de frear ou até mesmo reverter a tendência de colonização de toda a vida social pela lógica mercantil.

Se a crítica social de cunho antineoliberal certamente se revigorou com a crise econômica de 2008, com os inquietantes prognósticos de crise ambiental e com o preocupante surgimento de uma nova onda conservadora no mundo, cabe não esquecer os esforços que, situados entre as duas fases históricas aqui referidas, trataram de desenvolver uma crítica às estruturas do capitalismo como um todo, sem deixar de considerar suas mutações. Uma dessas críticas encontra-se na obra de Nico Poulantzas, um dos autores que mais se dedicou a sistematizar uma teoria sobre o Estado capitalista. Nesse sentido, é pertinente visitar a obra poulantziana a fim de, precisamente, situar a crítica ao capitalismo com

relação à dimensão ocupada pelo Estado neste sistema social.

Poulantzas ocupou entre os anos 1960 e 1970 uma posição de destaque no campo da reflexão sobre o Estado capitalista. A influência de sua teoria, entretanto, variou com os fluxos e refluxos do período. Se *Poder político e classes sociais* (1968), livro surgido no auge da vaga estruturalista, atribuiu notoriedade internacional ao autor, sua última obra, *Estado, poder e socialismo* (1978), apareceu num momento em que a influência do marxismo começara a declinar na França e no resto do mundo. Neste movimento, o debate sobre o Estado era então deslocado por considerações centradas, por exemplo, na microfísica do poder, e as reflexões ancoradas na perspectiva da luta de classes perdiam espaço para o tratamento das identidades.

Desde então, Poulantzas tornou-se um nome pouco conhecido e raramente discutido fora de círculos acadêmicos específicos. Considerando, por exemplo, a grande quantidade de congressos e associações dedicados ao estudo da obra de Gramsci, são relativamente raros eventos consagrados ao legado de Poulantzas<sup>3</sup>. Não por acaso, Bob Jessop, apenas alguns anos após a morte do autor, abre seu livro sobre a obra poulantziana com a singela pergunta: “Por que Poulantzas?”. Algumas páginas depois, o próprio Jessop não hesita em responder: “não é exagero afirmar que Poulantzas permanece o

mais importante e influente teórico marxista do Estado e da política no período pós-Guerra” (1985, p. 5). Independentemente da justeza do superlativo, o comentário evidencia que a obra poulantziana merece, no mínimo, ser considerada com atenção.

O presente artigo propõe um mergulho na produção final de Poulantzas, acreditando que a pertinência e a contemporaneidade da crítica ao Estado capitalista dependem do vigor de contribuições como as deixadas pelo autor em Estado, poder e socialismo. Ainda que, por conta do impacto de sua obra inaugural, Poulantzas seja geralmente referido como um discípulo de Althusser e, portanto, integrante do chamado estruturalismo marxista, o dinamismo da sua produção parece sugerir uma caracterização menos apressada. Na análise que se segue, pois, serão privilegiados dois aspectos fundamentais do arcabouço conceitual do último Poulantzas – justamente aqueles que, julga-se, melhor permitem situar a relevância de seu pensamento para uma correta apreensão do ser do Estado na sociedade capitalista. Partindo da célebre categorização do Estado como “condensação material de uma relação de forças” (POULANTZAS, 1978, p. 141), caberá aqui apresentar e discutir o significado dos conceitos de *condensação e materialidade*. Tais categorias fornecem subsídios para compreender a forma estatal como uma relação social moldada tanto pelos atributos da dominação de classe quanto

pela impessoalidade da forma valor.

A consideração dessas duas dimensões tem por objetivo incluir diretamente o Estado no eixo crítico que toma o valor como elemento central da sociabilidade capitalista. Contra décadas de simplificação teórica e de instrumentalização partidária do marxismo, uma nova reabilitação do pensamento social marxiano tem sido conduzida paralelamente por autores que ressaltam o papel fundamental da crítica à forma valor na obra de Marx<sup>4</sup>. A caracterização aqui proposta do Estado como uma instância simultaneamente pessoal e impessoal de regulação social inspira-se na convergência observada entre elementos da obra poulantziana e essa perspectiva crítica à socialização baseada valor.

## 2. Uma teoria do Estado relançada

Dez anos depois da publicação de *Poder político e classes sociais* (doravante PPCS), Poulantzas havia acumulado tanto intervenções teóricas, quanto ajustes na sua perspectiva original<sup>5</sup>. Os novos contornos de sua concepção sobre o Estado pareciam então impor a necessidade de uma sistematização compatível com os desenvolvimentos realizados ao longo do período. Tal esforço se materializou em *Estado, poder, socialismo* (doravante EPS), com vista a dois objetivos principais. Em primeiro lugar, estabelecer os traços específicos do Estado na fase então atual do capitalismo; em seguida, examinar as

condições de implementação de um socialismo efetivamente democrático. Na presente leitura, a atenção recairá sobre os aspectos categoriais da sistematização poulantziana.

A pergunta que guia a investigação de Poulantzas em *EPS* é, na prática, a mesma que motivara seus trabalhos anteriores: como definir, afinal, a relação entre Estado, poder e classes dominantes? A resposta, contudo, será qualitativamente diferente. Contra as concepções que tomam o Estado como simples instrumento de classe, as que o compreendem como uma instituição autônoma sem relação direta com a luta de classes (teoria das elites) e ainda aquelas que o definem como um compósito tecnicamente neutro dominado de forma apenas contingente por determinada classe social, o autor estabelece os fundamentos de sua abordagem: o Estado é um “aparelho *especial*, ele possui uma ossatura material própria que não é redutível às relações de dominação política” (POULANTZAS, 1978, p. 12, grifo no original). Com isso, Poulantzas afirma que o Estado, mesmo conservando uma natureza de classe, não é nem um produto totalmente criado pelas classes dominantes, nem uma entidade neutra cujo poder é por elas apropriado. O Estado está organizado *materialmente* como uma estrutura particular e os fundamentos de sua ossatura material devem ser buscados, segundo o autor, não diretamente no plano da dominação de classe, mas antes nas relações de produção e na

natureza específica da divisão social do trabalho capitalista.

Poulantzas prossegue então a autocrítica iniciada já em *Classes sociais no capitalismo contemporâneo* (1974), mas busca ser ainda mais claro quanto à nova posição sustentada: “é mais do que nunca necessário continuar a se afastar de uma concepção economista-formalista que considera a economia como composta de *elementos invariantes* através dos diversos modos de produção” (POULANTZAS, 1978, p. 15, grifos no original). Com tal formulação, Poulantzas procura se distanciar claramente do chamado marxismo estruturalista – movimento do qual, segundo críticos, o autor teria sido um dos principais representantes.

Contudo, seria possível ponderar que, mesmo em *PPCS* – obra onde a influência althusseriana é efetivamente notória –, a economia tampouco era definida como uma instância invariável ou como resultado de uma combinatória interna de elementos. Os atributos econômicos, a exemplo dos componentes das outras *instâncias estruturais*, eram então determinados em sua especificidade por aquilo que Poulantzas denominava “matriz do modo de produção” ([1968] 1972, p. 66). Vista novamente a questão, pois, pareceria não haver novidade na posição defendida em *EPS*, onde se pode ler:

É o modo de produção, unidade do conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológi-

cas que atribui a esses espaços as suas fronteiras [...], que define seus elementos respectivos. [...] Isso se faz em cada modo de produção pelo papel determinante das relações de produção (POULANTZAS, 1978, p. 19).

Ao que parece, seria legítimo sustentar que, substituindo “modo de produção” por *matriz estrutural* e “espaços” por níveis ou instâncias estruturais, não se trata aqui de um argumento substancialmente diferente daquele sustentado dez anos antes. A despeito das aparências, porém, tanto a variação terminológica quanto o teor global da reflexão poulantziana indicam, sim, uma mudança crucial. A diferença reside justamente na escolha das categorias.

Observando a questão com vagar, vê-se que, ao criticar as concepções sobre o Estado baseadas na metáfora *base-superestrutura*, Poulantzas avança decididamente contra leituras em que o “conjunto social é concebido sob a forma de *instâncias* ou *níveis* por natureza e essência autônomos” (POULANTZAS, 1978, p. 16). Em outras palavras, o autor sustenta que não se pode tratar o modo de produção como uma relação de exterioridade entre instâncias, notadamente entre Estado e economia. Ora, este era exatamente um dos problemas centrais da teoria exposta em *PPCS*.

Por isso, mesmo que o modo de produção continue sendo representado como uma unidade de determinações econômicas, políticas

e ideológicas, não se deve perder de vista que essa unidade aparece agora baseada, “em cada modo de produção, pelo papel determinante *das relações de produção*” (POULANTZAS, 1978, p. 19 – grifo adicionado). A notar que, em vez da determinação em última instância de um modo de produção pela economia – como era o caso em PPCS –, atribui-se papel determinante às *relações de produção*. O que poderia parecer mera oscilação terminológica expressa, na realidade, importante avanço teórico. Deixando de lado a ideia de que as relações de produção representam um dado estritamente econômico, Poulantzas insiste que tais relações são sempre atravessadas pela luta de classes, ou seja, por determinações políticas. O Estado, afirma, “é sempre, ainda que sob formas diferentes, constitutivamente presente nas relações de produção” (POULANTZAS, 1978, p. 18). O uso da categoria relações de produção é, portanto, indicativo do novo ângulo através do qual Poulantzas aborda o problema.

Organicamente constituídas por vetores políticos, econômicos e ideológicos, as *relações de produção* são as coordenadas objetivas sob as quais o agir sócio-humano se processa. No capitalismo, dada a prevalência das relações mercantis no conjunto de relações sociais, as relações de produção materializam-se, à primeira vista, como categorias estritamente econômicas. Porém, para que se possa dar conta dos elementos distintivos do sistema social capitalista em

face de outras formações sociais, essas mesmas relações de produção devem ser compreendidas considerando-se a natureza historicamente específica da esfera econômica e o vínculo que ela mantém com as demais dimensões constitutivas da sociabilidade moderna. E outras palavras, para capturar o ser da sociabilidade capitalista, é preciso entender como a própria economia enquanto esfera particular surge a partir da reconfiguração do modo de vida em sociedade. Com isso, as próprias categorias econômicas são compreendidas em sua historicidade: trata-se de categorias que só existem como tais no capitalismo e cuja existência decorre de uma ampla reconfiguração da natureza do social. É, pois, um conjunto complexo de determinantes referido pelo termo relações de produção – e não simplesmente a economia – que constitui para Poulantzas o fundamento do ser estatal.

As relações de produção constituem em EPS a *primeira fonte de determinabilidade da forma estatal*. A relação entre Estado e relações de produção é estabelecida por Poulantzas através do conceito de materialidade. De acordo com o autor, o Estado capitalista *materializa* elementos das relações de produção dando-lhes uma forma especificamente política. Para compreender o elo entre a forma estatal e as relações de produção capitalistas, cabe então verificar o teor preciso da categoria materialidade.

### 3. Relações de produção, valor e a materialidade da forma estatal

Como observa Poulantzas, a ligação fundamental entre a forma Estado e a dimensão econômica é costumeiramente estabelecida tomando-se como referência o campo da circulação mercantil. Nessa leitura convencional, as trocas iguais entre proprietários privados (incluindo o contrato de compra e venda da força de trabalho), formariam a base da igualdade e liberdades abstratas sobre as quais o Estado estaria erigido. Os indivíduos instaurados como pessoas jurídicas demandariam então uma instância de regulação social. A lei seria criada para garantir as trocas e o Estado figuraria principalmente como guardião dessa lei. De um lado, a sociedade civil aparece como o *locus* das trocas; de outro, o Estado é o garantidor das regras do jogo. Poulantzas contesta explicitamente essa leitura. Sua crítica ao conceito de sociedade civil comparece aperfeiçoada em *EPS* e adquire efetiva amplitude teórica<sup>6</sup>. O argumento sobre a natureza equivocada das explicações que fundamentam o Estado como contraponto da sociedade civil atomizada do mundo das trocas é agora claramente articulado pelo autor através de sua crítica à derivação do Estado a partir da esfera da circulação. “Não que essa concepção não capture certos mecanismos institucionais importantes do Estado – pois o espaço de circulação do capital tem, ele também, efeitos

sobre o Estado –, mas ela perde o essencial” (POULANTZAS, 1978, p. 55). É por isso que, insiste o autor, a relação deve ser estabelecida entre o Estado e as *relações de produção*; este é o campo efetivamente determinante no conjunto da reprodução do capital.

Com efeito, é fácil perceber que a esfera da circulação, tomada em si, não inclui os elementos que conferem especificidade à dinâmica capitalista. Através da simples circulação mercantil, não se pode ver, por exemplo, que os produtores, submetidos a uma estrutura de trabalho moldada pela concorrência entre capitais, estão privados do controle sobre o que produzem. Quanto a isso, Poulantzas nota que os produtores não detêm nem o controle do processo de trabalho (relação de posse), nem o poder real sobre os meios de produção (relação de propriedade econômica). A categoria valor, ainda que não mencionada por Poulantzas, está implicitamente relacionada com estes dois traços da divisão do trabalho apontados pelo autor para descrever a particularidade das relações de produção capitalistas. Incluir explicitamente a análise do valor na senda aberta por Poulantzas permite enxergar ainda mais longe: além de não ser capaz de evidenciar a falta de controle dos produtores sobre a produção, a esfera da circulação – onde reina a troca de equivalentes – também não permite compreender a dinâmica de reprodução ampliada do capital, guiada pela necessidade sistêmica de valorização dos valores

investidos. Sujeitos, pois, a uma estrutura econômica orientada pela expansão do capital, os produtores diretos (mas também os capitalistas) estão obrigados a seguir a dinâmica de acumulação ditada pelas “leis do mercado” – isto é, pelos determinantes impessoais da valorização do valor. Se as próprias relações produtivas não podem encontrar na esfera mercantil o elemento que lhe confere caráter distintivo, tampouco pode ser este o caso ao se tratar do Estado capitalista.

Evitando, por um lado, um tratamento do Estado descolado de sua organicidade com a esfera da reprodução material e, por outro, uma redução do ser estatal às determinações simples da circulação mercantil, resta que a base para a compreensão da forma Estado são as relações de produção capitalistas. São elas que, conclui Poulantzas, moldam a materialidade específica do Estado capitalista. O conceito de materialidade significa aqui a forma específica de funcionamento das relações político-estatais capitalistas. A materialidade figura, portanto, como categoria mediadora entre forma Estado e relações de produção.

Poulantzas identifica quatro elementos principais da materialidade estatal capitalista: (i) a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual; (ii) a individualização do sujeito político; (iii) a regulação social baseada na lei; e (iv) o conceito de nação. Cada um desses aspectos

formadores da moderna materialidade estatal constitui um *reflexo* de relações de produção capitalistas presentes na instância do Estado. Dessa forma, a separação entre trabalho produtivo e gestão (i), a individualização da produção e a concorrência entre produtores (ii), o caráter formalista e impessoal das trocas baseado no conteúdo abstrato dos trabalhos autonomizados (iii), a dimensão imaginária do pertencimento comunitário e a regulação extraeconômica dos elos sociais (iv); todos esses são elementos que correspondem respectivamente ao plano das relações produtivas e que se relacionam organicamente com elementos antes apontados da materialidade estatal.

A partir da análise poulantziana, depreende-se de imediato que as coordenadas do plano das relações de produção informam, restringem e facultam a materialização de estruturas ligadas ao campo da estaticidade. Mas resta também evidente que o complexo formado por todas essas coordenadas não é errático ou arbitrário, e sim organizado em torno de um paradigma estável de relacionamento interindividual próprio à sociedade moderna. Em EPS, Poulantzas refere-se a uma *matriz espaço-temporal* capitalista, noção que representaria o amálgama das dimensões objetivas e subjetivas da sociabilidade moderna. Mas esse mesmo paradigma também pode, e de forma ainda mais precisa, responder pelo nome valor.

A análise da forma valor resgata o teor efetivamente crítico da análise marxiana ao sublinhar o caráter inusitado das relações sociais que vigoram numa sociedade em que os produtos do trabalho são destinados à troca. Quando a produção social assume generalizadamente a forma mercantil, os indivíduos orientam seus trabalhos não pela satisfação direta e consciente de suas carências, mas pelo êxito esperado de seus produtos na troca de mercadorias.

Por suposto, a troca mercantil só pode ocorrer por estar baseada numa equivalência observada entre os distintos produtos que se quer trocar. Essa equivalência aparece quando se abstraem as diferenças concretas das respectivas mercadorias em proveito de seu traço comum: o fato de serem produtos do trabalho humano. O trabalho, elemento comum a todas as mercadorias, constitui, pois, a medida de valor e o fundamento das trocas.

Numa sociedade assim organizada, a sobrevivência dos produtores está sujeita aos determinantes da troca de valores. A dinâmica do mercado, no entanto, é o resultado involuntário do conjunto de trocas guiadas pela necessidade individual de apropriação de valor. O mercado aparece então como uma dinâmica cega e autônoma a cujas flutuações todos os indivíduos – produtores diretos ou não – devem se submeter. Necessidade permanente de maximização dos lucros e expansão tendencialmente infinita

da produção são apenas dois dos imperativos sociais mais imediatos decorrentes dessa forma de socialização. A despeito dos próprios indivíduos, a troca das objetivações de seus trabalhos torna-se o fio condutor da socialização. É assim que objetos, ou seja, mercadorias, passam a governar as relações entre homens. Postone (2014), Kurz (2014), Jappe (2006) e Heinrich (2005) são alguns dos autores que destacam na obra de Marx a crítica a essa forma impessoal de dominação, que constitui um traço próprio da sociabilidade moderna. Com eles, pode-se dizer que o valor, modelo de síntese social especificamente capitalista, é o fator estruturante do conjunto de vetores econômicos, políticos e ideológicos que vigoram numa sociedade em que os produtos do trabalho assumem a forma de mercadorias.

De volta ao tema em questão, tem-se que o Estado moderno, sob o ângulo de sua materialidade institucional, figura como instância necessária e específica das relações de produção capitalistas. Ele não é, por certo, um ente externo e paralelo à economia, mas uma das instâncias que compõem as relações de produção em questão. A leitura de EPS permite então afirmar, para além do avançado por Poulantzas – mas apoiando-se em seus argumentos –, que o Estado moderno é a materialização político-institucional das relações de produção baseadas na forma valor. Posto que o valor constitui a diretriz impessoal de organização da dinâmica

capitalista, tem-se que o Estado incorpora na sua materialidade os traços desse condicionante impessoal atuante sobre todos os indivíduos, isto é, para além de qualquer divisão de classe. Descortina-se com isso a natureza impessoal da estaticidade moderna.

Contudo, para que a análise da natureza estatal não se apresente como um modelo de determinação mecânico e abstrato, sem qualquer relação com a prática dos indivíduos que produzem essa realidade, convém examinar a segunda categoria-chave da análise poulantziana: a condensação.

#### **4. O Estado como condensação: lutas de classes e forma estatal**

Como se pode notar, o conceito de materialidade estabelece, através do elo entre relações de produção e Estado, uma relação apenas indireta entre o Estado capitalista e as classes sociais. No capitalismo, as relações de posse e de propriedade econômica assumem a forma de uma estrutura de trabalho especializada, na qual os indivíduos ocupam posições objetivamente distintas no campo da produção. A divisão em classes sociais, daí decorrente, aparece como um reflexo da divisão do trabalho cuja dinâmica conforma a materialidade estatal.

A relação entre Estado e classes sociais aparece de maneira direta quando a instância estatal é observada sob o prisma do agir dos indivíduos

distribuídos na especialização acima mencionada. Tal perspectiva possibilita capturar o Estado como produto histórico e circunstancial das lutas de classe e, com isso, é capaz de explicar as transformações no interior da forma estatal capitalista. Para Poulantzas, considerar o Estado como produto da condensação das lutas de classes é fundamental, pois permite construir “uma teoria do Estado capitalista que, a partir das relações de produção, dê conta, *pela estrutura mesma de seu objeto*, da sua reprodução diferencial em função da luta de classes” (POULANTZAS, 1978, p. 136, grifos no original). A condensação das lutas de classes constitui, pois, a *segunda fonte de determinabilidade da forma estatal*. Com isso, o Estado aparece como uma relação social simultaneamente *determinada como materialidade* institucional pelas relações de produção e como *condensação das lutas de classes*.

Para Poulantzas, uma teoria que queira apreender situações concretas deve ser capaz de explicar as transformações por que passa o Estado para além de banalidades dogmáticas do tipo “todo Estado é um Estado de classe” ou “o Estado capitalista é uma ditadura da burguesia”, fórmulas tradicionalmente engessadas nas interpretações partidárias do marxismo. A verdadeira natureza de classe do Estado decorre de sua relação orgânica com a luta política – isto é, do fato de que o Estado é objeto do agir interessado de indivíduos distribuídos

assimetricamente numa divisão do trabalho hierarquizada –, e não simplesmente de uma filiação imediata às classes dominantes. Para compreender a organicidade da relação entre Estado e classes sociais, convém examinar, seguindo Poulantzas, além da ligação entre Estado e classes dominantes, a relação entre Estado e classes dominadas.

### **5.A autonomia relativa do Estado com relação às classes dominantes**

Segundo Poulantzas, o fracionamento inerente à burguesia – decorrente da concorrência no mercado e dos diferentes interesses econômicos ligados às diversas posições na estrutura de produção – determina uma intrínseca incapacidade dessa classe para se auto-organizar. Tais são as condições materiais para o fenômeno especificamente capitalista do *bloco no poder*: o compromisso de diferentes frações de classes em torno do projeto político-econômico de uma fração hegemônica. Com relação às classes dominantes, pois, o Estado aparece como o fator de organização de uma aliança conflitante estabelecida sob a influência preponderante de uma fração. Mas é somente na medida em que detém uma autonomia relativa frente às classes dominantes que o Estado é capaz de cumprir o papel de organização e unificação da burguesia no bloco no poder. Tal autonomia, argumenta Poulantzas, é decorrência da separação formal entre

as esferas da economia e da política, por sua vez fruto das relações de produção modernas. Posto que o Estado é formalmente desligado da produção, ele não pode representar *diretamente* a classe detentora de certo poder econômico.

A autonomia relativa do Estado capitalista é, portanto, um aspecto estrutural da forma estatal capitalista e traduz a mediação existente entre a instância estatal e as classes sociais. É justamente a autonomia estatal frente às classes que caracteriza o tipo de dominação de classes vigente no capitalismo: sem ser o representante direto de nenhuma fração de classe em particular, o Estado pode representar um conjunto de posições políticas compatível com a dinâmica de valorização do capital em geral e, de modo consequente, reproduzir a distribuição hierarquizada dos agentes em classes sociais. A verdadeira natureza de classes do Estado decorre, em última instância, da interação de sua materialidade particular com a luta política dos indivíduos divididos em classes. A irredutibilidade do poder concentrado no Estado ao poder de uma só classe representa um dos grandes avanços da teoria política de EPS.

Tornando mais precisas algumas de minhas formulações anteriores, direi que o Estado, no caso o Estado capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas – como também é o caso para o capital – *como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações*

*de classes* (POULANTZAS, 1978, p. 141, grifos no original).

Nem instrumento, nem sujeito: o Estado é uma relação, isto é, uma forma de interação entre indivíduos numa sociedade. Como materialidade, “o Estado não se reduz a uma relação de forças, ele apresenta uma opacidade e uma resistência próprias” (POULANTZAS, 1978, p. 143). Como condensação, o Estado é um conjunto de contradições em movimento, ligado à coexistência de classes e frações no seu interior. A materialidade contraditória do Estado corresponde, assim, a uma “seletividade estrutural” (POULANTZAS, 1978, p. 147) de seus aparelhos em relação à luta de classes. Em síntese, a ação de classe do Estado é uma resultante dos determinantes inscritos na própria estrutura material do Estado com a disposição hierarquizada dos indivíduos decorrente da divisão capitalista do trabalho.

## 6. Estado e classes dominadas

No exame da relação entre Estado e classes dominadas, Poulantzas consolida um argumento importante de sua nova abordagem. Nesse particular, a base da reflexão poulantziana é conhecida desde *PPCS*: o Estado não representa apenas os interesses e os conflitos das classes dominantes, mas também a relação entre o bloco no poder e as classes dominadas. Sob a hegemonia da burguesia, o Estado atua

equilibrando compromissos entre o bloco no poder e a classe trabalhadora, a fim de garantir a estabilidade do sistema político.

Em *EPS*, a novidade é que as classes dominadas aparecem não apenas indiretamente presentes na instância estatal (através dos cálculos de equilíbrio feitos pelas classes dominantes), mas também diretamente. Como os conflitos de classes atravessam o Estado e não são externos a ele, a própria classe dominada está presente na instância estatal e participa, através da sua relação com as classes dominantes, da determinação da forma do Estado. “A armação material do Estado [...] [traduz] a presença específica, na sua estrutura, das classes dominadas e da sua luta” (POULANTZAS, 1978, p. 155). As classes dominadas compõem a trama de poderes do Estado e não são exteriores a ele. Desse modo, as divisões e contradições internas ao Estado, entre seus aparelhos e no interior de cada um deles, reproduzem de modo específico, isto é, dentro da malha institucional do Estado, as contradições entre as classes dominantes e as classes dominadas e a existência dessas mesmas lutas em seu seio.

Para Poulantzas, no entanto, não se trata de um duplo poder no interior do mesmo Estado. Uma tal perspectiva poderia sugerir que a tomada do poder pelas classes dominadas resolver-se-ia com o aumento progressivo de sua presença no aparelho estatal atual, sem necessidade de

transformá-lo radicalmente. Segundo o autor, o poder *efetivo* das classes populares no Estado capitalista é impossível tanto por conta da capacidade do Estado de deslocar centros de poder (desde que um deles caia em mãos das classes subalternas), quanto pela própria materialidade capitalista do Estado. A materialidade “consiste em mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação: ela retém a presença das classes dominadas em seu seio, mas precisamente como classes dominadas” (1978, p. 157). Para a transformação radical do Estado, argumenta Poulantzas, não basta a presença das massas populares no interior desse aparelho. A leitura de EPS permite concluir que a definição do Estado como uma relação social significa precisamente que o Estado é uma forma da relação de classes imanentes ao capitalismo. Isto é, seja dirigida por uma, seja por outra, O Estado seguirá sendo lastreado pelas relações de produção capitalistas e não deixará de reproduzi-las, de uma forma ou de outra, em sua própria materialidade.

A segunda fonte de determinabilidade da natureza do Estado, a condensação das lutas de classes, confere à instância estatal um aspecto pessoal, isto é, fundado na disputa entre diferentes atores e classes pelo controle das estruturas de poder. Se antes fora sublinhada a natureza impessoal do Estado decorrente de sua materialidade institucional, observa-se agora a natureza pessoalizada da instância estatal. Esta constitui

a dupla natureza do Estado capitalista.

### **7.A dupla natureza do Estado capitalista e a unidade da crítica social**

Compreendidas as dimensões pessoal e impessoal da instância estatal, percebe-se que a análise de *EPS* não pode se dar por completa sem que se examine em detalhe o tipo de *estrutura explanatória* que conecta as ideias presentes no livro. Funcionando como substrato intelectual das categorias fundamentais do texto, tal estrutura indica o modo de compreender a natureza dos processos sociais e, assim, ilumina o encaminhamento prático da filosofia política sustentada pelo autor. Retomando alguns dos termos acima explicitados, essa estrutura explanatória pode ser traduzida como uma dialética de determinação do Estado a partir de dois fatores: *formas e lutas*. Trata-se, no fundo, do modo como Poulantzas integrou às coordenadas de *EPS* (e à discussão do Estado capitalista) uma antiga problemática da teoria social, a saber, a relação entre *estrutura e agir*.

Cabe observar, ao lado da definição sintética do Estado avançada por Poulantzas, os termos em que o autor estabelece a relação entre Estado e capitalismo. Se, por um lado, o Estado é a *condensação material de uma relação de forças entre as classes em luta*, é também, por outro, *a forma política que corresponde ao conjunto de relações determinadas pelo modo capitalista de produção*.

Tomando ambas as formulações em conjunto, o Estado aparece, portanto, como uma forma social (uma estrutura) determinada por lutas (pelo agir interessado dos sujeitos).

Poulantzas empreende notável esforço teórico para defender a ideia de que os elementos determinantes do Estado capitalista não decorrem do funcionamento da esfera da circulação, mas que se conformam a partir da forma específica assumida pelas relações de produção capitalistas. Se a circulação de mercadorias é um elemento amplamente presente em sociedades pré-capitalistas, esta não pode ser, de fato, a base explanatória do Estado capitalista.

Mas como equilibrar uma definição do Estado derivado das relações de produção capitalistas com uma outra em que o Estado aparece determinado, assim como essas próprias relações de produção, pela lutas de classes? O problema não é novo. Em *PPCS*, a questão já se desenhava sob a tensão entre os níveis das *estruturas* e das *práticas*. Lá, as estruturas (autônomas com relação à esfera das práticas) detinham a determinação prioritária sobre o conjunto. As práticas eram reflexos ou efeitos das estruturas, mas o grau de retroação das primeiras sobre as últimas era dúbio – em geral, apenas gestual<sup>8</sup>.

Como visto acima, o problema da rejeição das relações de troca como fundamento para o Estado capitalista reaparece em *EPS* dentro de um novo quadro conceitual. Poulantzas defende

a necessidade de compreender o ser do Estado a partir das relações de produção e da divisão social do trabalho capitalistas. Hirsch & Kankulam (2011, p. 65) resumem o problema apontado por Poulantzas em *EPS*: “a derivação parcial do Estado a partir das relações entre possuidores de mercadorias na esfera da circulação ignora o papel constitutivo das relações de produção na emergência dos sujeitos como cidadãos”. Essa deficiente via interpretativa, sempre criticada por Poulantzas, atem-se à esfera mercantil e termina por comprometer, como consequência, a determinação do Estado como instância de uma sociedade dividida em classes.

Poulantzas desenvolve a conexão Estado – relações de produção de duas formas: (i) afirmando que a estaticidade é constitutiva das relações de produção e (ii) explorando os atributos da materialidade estatal capitalista. Tais atributos (divisão entre trabalho intelectual-manual, individualização, legitimidade legal e nacionalidade) aparecem, nesse ponto, *derivados* das relações de produção.

Mas a partir do momento em que Poulantzas apresenta o Estado como condensação das relações entre as classes, entra em cena o segundo momento de determinabilidade estatal: *a luta de classes*. “Uma teoria do Estado capitalista não poderia construir seu objeto somente pela referência às relações de produção” (POULANTZAS, 1978, p. 135). A direção do argumento é

clara: uma teoria política que não inclui na determinação de seu objeto o fator constitutivo do agir humano equivaleria a separar uma forma estatal abstrata (um Estado-modelo que se reproduz seguindo determinações lógicas) de suas formas concretas (simples realizações da forma lógica). Ainda que Poulantzas não formule dessa maneira, o combate é em favor de uma unicidade materialista da práxis, no caso, entre estrutura e agir.

“A urgência teórica é então a seguinte: apreender a inscrição da luta de classes [...] na ossatura institucional do Estado (no caso, esta da burguesia na estrutura material do Estado capitalista) de modo que ela possa dar conta das formas diferenciais e das transformações históricas deste Estado (POULANTZAS, 1978, p. 138).

Na relação entre *formas* (estruturas) e *lutas* (agir), as lutas de classes aparecem então como um elemento de *indeterminação determinada*, isto é, de abertura histórica condicionada pelas formas. Mas a relação entre a *forma Estado* (calculada nas relações de produção) e as lutas não é de simples complementaridade exterior. Trata-se de uma relação orgânica em que o “nexo entre as relações econômicas e o Estado só pode ser estabelecido no interior de conjunturas específicas de lutas” (BRETTHAUER, 2011, p. 78).

Contudo, o caráter orgânico da dupla determinabilidade pela forma e pelas lutas careceria de precisão se Poulantzas não desvendasse, com respeito ao Estado em particular, as categorias

concretas em que se sustenta essa relação dialética. É nesse sentido que o conjunto formado pelos conceitos de *materialidade e condensação* evidencia-se como um par categorial reflexivo. Condensação e materialidade, afinal, são dois aspectos da mesma questão: representam a conexão indissolúvel entre estruturas e práticas na determinação do ser do Estado. Por um lado, a condensação de uma relação de forças entre classes consubstancia-se através da materialidade dos aparelhos de Estado capitalistas. Por outro lado, a materialidade estatal não é outra coisa senão um conjunto de atributos informados pela condensação de determinadas práticas.

A relação entre Estado e capitalismo é mediada tanto pela materialidade quanto pela condensação: a materialidade medeia a relação entre Estado e as formas de produção; já, a condensação, o nexos entre Estado e os agentes que produzem essas formas. *Formas e lutas* traduzem, enfim, a dupla natureza do Estado; sua unicidade traduz a unidade da crítica a que devem ser submetidas as dimensões pessoal e impessoal da dominação moderna.

Sendo, pois, a condensação pessoal de uma relação impessoal entre agentes, o ser do Estado não pode ser percebido simplesmente como um aparelho nas mãos de uma única classe. O Estado deve ser entendido como uma relação entre indivíduos que (de forma contingente, mas orientada pelo tipo de vínculo social vigente)

atuam a partir de suas posições na hierarquia da divisão do trabalho. Poulantzas ilustra o aspecto relacional do Estado recorrendo à categoria *capital*. Tal recurso permite inferir que tanto o Estado quanto o capital implicam uma interação que, enquanto tal, não pertence a – e não é controlada inteiramente por – nenhum dos indivíduos nela enredados. Afinal, assim como acontece com a forma Estado, “é apenas na e através da luta de classes que a forma-valor se reproduz” (CODATO, 2008, p. 83).

A reflexividade presente na relação materialidade-condensação também marca, portanto, o nexos entre *forma e lutas*: “se relações de produção estão contidas dentro das *lutas* e, ao mesmo tempo, governam essas lutas, torna-se impossível situar forma e luta em dois campos separados” (GALLAS, 2011, p. 94). De fato, Poulantzas pressupõe implicitamente em EPS uma unidade entre estrutura e agir (a mesma unidade, pois, que reúne *os pares materialidade e condensação*, ou *estruturas e práticas*, ou forma e lutas). É em EPS que esse arcabouço conceitual supera definitivamente as formulações consagradas em PPCS.

Colocar o Estado capitalista prioritariamente em relação com as relações de produção não significa construir a partir disso o objeto teórico deste Estado. [...] Uma teoria do Estado capitalista não pode ser elaborada senão colocando em relação esse Estado com a história das lutas políticas sob o capitalismo (POULANTZAS, 1978, pp. 27-28).

A unicidade de estruturas e práticas, em conjunto com o caráter multidimensional e orgânico das relações sociais, permite perceber mais claramente a correspondência entre diferentes formas sociais e, com isso, destacar a natureza intrinsecamente capitalista da relação social que é o Estado moderno. As formas Estado e valor são, além de correspondentes – posto que baseadas no mesmo universo de relações sociais –, também complementares entre si. O Estado capitalista é a mediação política entre indivíduos que, no plano econômico, são mediados pelo valor. Sua dupla natureza pessoal e impessoal se traduz nos conceitos de condensação e materialidade e indica, para além da relação entre Estado e classes sociais, a correspondência entre forma Estado e forma valor.

Ora, se um conjunto de relações sociais pode ser dissolvido e dar lugar a outro, as formas sociais a ele associadas também podem se dissolver e dar lugar a outras. Para tanto, contudo, é necessário um tipo de prática capaz de transcender a forma na qual ela mesma está originalmente contida; uma luta capaz de criar outras materialidades, condensadas a partir de novas coordenadas sociais. A transformação efetiva do modo de vida fundado nas relações capitalistas depende, finalmente, de práticas orientadas pela compreensão de que o Estado e o valor são relações sociais e que não precisam ser necessariamente atualizadas em todos os padrões de sociabilidade.

Seguindo o argumento poulantziano, vê-se que a forma Estado não é um elemento externo às formas econômicas capitalistas, mas uma relação que, como tal, só existe como elemento da sociabilidade capitalista. Incluindo-se, portanto, na senda crítica que mira a própria estaticidade como objeto a ser superado, Poulantzas distingue-se tanto da tradição leninista, que situa a luta revolucionária num movimento de assalto ao Estado, quanto de correntes de inspiração gramsciana, que reivindicam a construção de uma nova hegemonia no campo alternativo da sociedade civil. Como afirma o autor, “Trata-se de se situar numa perspectiva global de desvanecimento do Estado, perspectiva que comporta dois processos articulados: a transformação do Estado e o desenvolvimento da democracia direta na base. (POULANTZAS, 1978, p. 291). Tal projeto vislumbra então a possibilidade de recuperar elementos de uma sociabilidade superior, truncados no interior da forma estatal e, simultaneamente, de desenvolver novas instâncias de mediação que correspondam ao projeto de uma sociedade realmente emancipada das relações capitalistas.

Como exposto, o autor não aprofunda a análise em termos de uma crítica ao valor, mas a direção tomada por sua teoria, sobretudo em EPS, abre uma via de convergência com aquela perspectiva ao sugerir: (1) que a determinação da natureza estatal dá-se, em termos estruturais, por meio dos imperativos das relações de

produção; (2) que mesmo a consideração da luta de classes não implica uma dominação direta do Estado por uma classe, mas uma relação orgânica da instância estatal, mediada por sua materialidade, com a luta política entre classes imanentes ao capitalismo.

Tal convergência reafirma a importância de uma crítica que não se restrinja a elementos isolados da sociedade atual, mas que compreenda também a estaticidade, dada sua natureza inseparável da forma valor, como forma estranha a um efetivo metabolismo consciente entre os homens.

## **8. Considerações finais**

O argumento desenvolvido ao longo do texto procurou mostrar que as contribuições de Poulantzas à teoria do Estado capitalista podem ser tomadas como aportes importantes à ideia de que a superação da atual e multifacetada crise civilizatória depende da transformação da essência do metabolismo social em vigor, isto é, da supressão da forma valor como elemento de mediação social. Acredita-se que, quando essa dimensão da crítica ao capitalismo é ignorada, mesmo as mais bem intencionadas plataformas de mudança tendem, no melhor dos casos, apenas a repor as contradições típicas da estrutura do capital para um futuro mais ou menos distante. Nesse sentido, qualquer forma de socialização planejada das mercadorias por meio do Estado, em vez de representar

uma alternativa ao valor, significa antes uma maneira alternativa de socialização do valor. A única resposta efetiva aos problemas postos pela regulação capitalista reside na superação da sociedade baseada no trabalho, ou seja, dos mecanismos que fazem do trabalho produtor de valor a dimensão determinante das relações sociais. Isso pressupõe uma crítica que englobe tanto o sistema produtor de mercadorias quanto o Estado.

De acordo com essa perspectiva, o Estado, compreendido como condensação material de práticas e relações historicamente determinadas, deve dar lugar a novas formas de regulação dos interesses individuais e coletivos ao mesmo tempo em que o metabolismo baseado na produção e troca de valores deve ser substituído por novas formas de produção e distribuição da riqueza. Com isso, tanto a economia como a política, esferas cuja forma autonomizada de existência só se verifica na era moderna, podem ser refundadas – e refundidas – em uma nova dimensão verdadeiramente comunitária, ultrapassando as figuras unilaterais (e, por isso, alienadas) do produtor, na esfera econômica, e do cidadão, no mundo político. A ideia definidora do socialismo é a de um novo regime de decisão sobre o que, quanto e como deve ser produzido: um regime que não se deixe submeter às leis da produtividade e da rentabilidade. Não se trata, portanto, de uma outra gestão do valor, de seus impulsos de crescimento

ilimitado e das contradições que ele opera, mas do fim do próprio valor e, portanto, de orientar a produção não mais pelo lucro, mas pelos interesses diretos e democraticamente negociados de consumidores e produtores.

### Bibliografia

- BOLTANSKI, L. & ESQUERRE, A. *Enrichissement. Une critique de la marchandise*. Paris: Gallimard, 2017.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BRETTNAUER, L. "Materiality and condensation in the work of Nicos Poulantzas". In: GALLAS, A., BRETTNAUER, L. et al. *Reading Poulantzas*. Pontypool: Merlin, 2011, pp. 72-88.
- CHOMSKY, N. *Profit Over People: Neoliberalism & Global Order*. New York: Seven Stories, 1999.
- CODATO, A. "Poulantzas, o Estado e a Revolução", *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 27, pp. 65-85, 2008.
- DÖRRE, K., LESSENICH, S. & ROSA, H. *Soziologie-Kapitalismus - Kritik. Eine Debatte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. *The Crisis of Neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- GALLAS, A. "Reading Capital with Poulantzas: 'form' and 'struggle' in the Critique of Political Economy". In: GALLAS, A., BRETTNAUER, L. et al. *Reading Poulantzas*. Pontypool: Merlin, 2011, pp. 89-106.
- HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.
- HEINRICH, M. *Kritik der Politischen Ökonomie. Eine Einführung*. Stuttgart: Schmetterling, 2005.
- HIRSCH, J. & KANNANKULAM, J. "Poulantzas and form analysis: on the relation between two approaches to historical-materialist state theory". In: GALLAS, A., BRETTNAUER, L. et al. *Reading Poulantzas*. Pontypool: Merlin, 2011, pp. 56-71.
- HONNETH, A. *Die Idee des Sozialismus. Versuch einer Aktualisierung*. Berlin: Suhrkamp, 2015.
- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria. Para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- JESSOP, Bob. *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political*

strategy. London: MacMillan, 1985.

KURZ, Robert. Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.

LAVAL, C. & DARDOT, P. La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale. Paris: La Découverte, 2009.

LIMA, R. “Trabalho, alienação e fetichismo: categorias para a compreensão marxiana do Estado e do político.”, Revista Brasileira de Ciência Política, v. 17, 2015, pp. 7-42.

POSTONE, M. Tempo, trabalho e dominação social. Uma reinterpretção da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, N. Pouvoir politique et classes sociales (vol. 1). 2ª edição. Paris: Petite Collection Maspero, 1972.

\_\_\_\_\_. L'État, le pouvoir, le socialisme. Paris: PUF, 1978.

\_\_\_\_\_. “Parcours: vers un eurocommunisme problématique”. In: POULANTZAS, N. Repères, hier et aujourd'hui – textes sur l'État. Paris: François Maspero, 1980, pp. 11-32.

SRNICEK, N. & WILLIAMS, A. Inventing the Future: Postcapitalism and a World Without Work. London: Verso, 2016.

STREECK, W. How Will Capitalism End? Essays on a Failing System. Brooklyn, New York: Verso, 2016.

## Notas

1. Sintomaticamente, um dos mais influentes periódicos alemães, Die Zeit, perguntava há pouco na capa de seu semanário: “Marx tinha razão?” (edição de 26/01/2017). O recobrar de forças da crítica ao capitalismo pode ser estimado pela quantidade de publicações recentes ligadas ao tema, muitas das quais distantes do rótulo marxista. Cf., entre outros, DÖRRE et al. (2009), HONNETH (2015), STREECK (2016), SRNICEK & WILLIAMS (2016), BOLTANSKI & ESQUERRE (2017).

2. Cf., por exemplo, BOLTANSKI & CHIAPELLO (1999), CHOMSKY (1999), HARVEY (2005), LAVAL & DARDOT (2009), DUMÉNIL & LÉVY (2011).

3. Um desses eventos são as Jornadas Nicos Poulantzas, organizadas em 2013, 2014 e 2016.

4. Ver, entre outros, POSTONE (2014), KURZ (2014), JAPPE (2006) e HEINRICH (2005). Elementos comuns às análises desses autores serão retomados ao longo da exposição.

5. Depois de lançar Poder político e classes sociais, Poulantzas publicou os livros Fascismo e ditadura (1970), Classes sociais no capitalismo contemporâneo (1974), A crise das ditaduras (1975), além de uma série de artigos – dentre os quais os

do famoso debate com Ralph Miliband. Para uma análise do percurso poulantziano, remeto o leitor aos textos de JESSOP (1985) e CODATO (2008).

6. A crítica ao conceito de sociedade civil já aparecera em PPCS, mas fora então essencialmente desenvolvida como crítica aos supostos resquícios hegelianos de Marx.

7. Poulantzas observa que variações institucionais fazem com que certos dispositivos estatais se configurem como núcleos principais de poder. Tais dispositivos tornam-se sensíveis apenas aos interesses da fração hegemônica e impedem que medidas contrárias oriundas de outros aparelhos influenciados por demandas críticas prosperem na hierarquia estatal. Ainda assim, o fato de uma fração ocupar o topo da hierarquia estatal não significa que ela detém o controle absoluto do Estado. A materialidade institucional do Estado permite permutas e rearranjos que deslocam os nós efetivos de poder entre seus aparelhos, capazes de frustrar mesmo tentativas bem-intencionadas de transformação social.

8. Já depois da publicação de EPS, Poulantzas relembra o tratamento dado ao problema em PPCS. Reafirmando a importância, na ocasião, de combater as leituras historicistas do marxismo, Poulantzas defende a “função crítica” que representou o althusserianismo à época, a despeito de problemas nas análises do próprio Althusser. Nesse sentido, falando de sua relação teórica com Althusser e da conjuntura intelectual do período, reconhece: “Era o estruturalismo contra o historicismo, Lévi-Strauss contra Sartre. Foi muito difícil para nós romper com as duas problemáticas. Nós insistíamos sobre o fato de que o perigo principal para o marxismo não era o estruturalismo, mas o historicismo; é por isso que dirigimos toda nossa atenção ao historicismo (a problemática do sujeito) contra as problemáticas de Sartre e Lukács. O resultado é que exageramos para o outro lado, o que não deixou de ter efeitos sobre nosso trabalho teórico. Por exemplo, a distinção com a qual eu trabalhava em PPCS entre ‘estruturas’ e ‘práticas’, que abandonei em Classes sociais e capitalismo contemporâneo...” (POULANTZAS, 1980, pp. 22-23).

9. Esse tema é tratado em detalhe, a partir de uma análise da teoria do Estado em Marx, em Lima (2015).